

A Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento: processos de enfrentamento à Covid-19 por mulheres do arquipélago do Marajó (PA)

La Red de Apoyo a Mujeres en Movimiento de Marajoara: procesos de enfrentamiento al Covid-19 por parte de mujeres del archipiélago de Marajó (PA)

The Marajoara Women on the Move Support Network: processes of confronting Covid-19 by women from the Marajó archipelago (PA)

Letícia Cardoso Gonçalves

Mônica Prates Conrado

Resumo: O artigo objetiva apresentar a Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento e seu protagonismo na luta antirracista na região amazônica do Brasil em um contexto de pandemia da Covid-19. As desigualdades sociais e violências raciais obtiveram um agravante no contexto da pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2, especialmente entre mulheres negras, amarelas e indígenas de baixa renda. Diante disso, as populações mais vulneráveis do Brasil organizaram estratégias de resistência com intuito de impedir o avanço da Covid-19 entre seus grupos. A Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento, criada com intuito de oferecer auxílio financeiro e psicológico a mulheres habitantes do Arquipélago do Marajó, estabeleceu maneiras próprias de Amefricanidade reafirmando Territórios negros e identidades afrodiáspóricas em ciberespaço para a valorização da vida e cultura afro-brasileira na região Amazônica.

Palavras Chave: Marajó. Pandemia. Covid-19. Negritude.

Resumen: El artículo tiene como objetivo presentar la Red de Apoyo de Mujeres en Movimiento Marajoara y su papel principal en la lucha antirracista en la región amazónica de Brasil en el contexto de una pandemia de Covid-19. Las desigualdades sociales y la violencia racial se agravaron en el contexto de la pandemia provocada por el virus Sars-Cov-2, especialmente entre las mujeres negras, amarillas e indígenas de bajos ingresos. Ante esto, las poblaciones más vulnerables de Brasil organizaron estrategias de resistencia para impedir el avance del Covid-19 entre sus grupos. La Red de Apoyo a Mujeres en Movimiento Marajoara, creada con el objetivo de brindar asistencia financiera y psicológica a las mujeres que viven en el Archipiélago de Marajó, estableció sus propias formas de Amefricanidad, reafirmando Territorios Negros e identidades Afrodiáspóricas en el ciberespacio para la apreciación de la vida afrobrasileña y cultura en la región amazónica.

Palabras Claves: Marajó. Pandemia, Covid-19. Negrura.

Abstract: The article aims to present the Marajoara Women in Movement Support Network and its leading role in the anti-racist struggle in the Amazon region of Brazil in the context of a Covid-19 pandemic. Social inequalities and racial violence were aggravated in the context of the pandemic caused by the Sars-Cov-2 virus, especially among low-income black, yellow and indigenous women. In light of this, the most vulnerable populations in Brazil organized resistance strategies in order to impede the advance of Covid-19 among their groups. The Marajoara Women in Movement Support Network, created with the aim of offering financial and psychological assistance to women living in the Marajó Archipelago, established its own ways of Amefricanity, reaffirming Black Territories and Aphrodiásporic identities in cyberspace for the appreciation of Afro-Brazilian life and culture in Amazon region.

Key-words: Marajó. Pandemic. Covid-19. Blackness.

Letícia Cardoso Gonçalves – Cientista Social (UFPA) e Historiadora (FIBRA); Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA). E-mail: let-cardoso@hotmail.com

Mônica Prates Conrado – Cientista Social (UFRJ) e Doutora em Sociologia (UFPA); Professora Associada IV da Universidade Federal do Pará atuando como docente na Graduação em Ciências Sociais, na Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) e no Mestrado em Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito-UFPA. E-mail: monicaconrado6@gmail.com

INTRODUÇÃO

O seguinte artigo apresentará o papel que a Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento ocupou na luta antirracista da Amazônia a partir de ações voltadas para mulheres negras, indígenas e amarelas¹ do Arquipélago do Marajó (Estado do Pará) em um contexto de pandemia da Covid-19 no ano de 2020. A Rede atuou em ciberespaço possibilitando que aquelas agentes obtivessem segurança e auxílio em um dos momentos mais críticos da pandemia na região norte do país.

A pandemia da Covid-19 ocasionou um aumento significativo das desigualdades sociais e do racismo² institucional³ no campo das políticas públicas de saúde no Brasil, especialmente entre mulheres negras e pobres que residem nas periferias e centros urbanos do país. Durante o *lockdown*, os trabalhos domésticos, por exemplo, setor informal ocupado em sua maioria por pessoas pretas e pardas, não deixaram de ser “atividades essenciais” em diversos estados do país, impossibilitando que esses sujeitos obtivessem a garantia mínima de prevenção ao Coronavírus por meio do isolamento social. Diante desta conjuntura e do descaso governamental do chefe do poder executivo perante o aumento de mortes por Covid, a sociedade civil brasileira iniciou uma série de estratégias para práticas de resistência e cuidados perante os efeitos do vírus Sars-CoV-2 e da ineficiência da gestão do chefe do poder executivo.

A Rede de Apoio às Mulheres Marajoaras em Movimento, uma rede que surge na pandemia com o propósito de prestar auxílio financeiro e psicológico a mulheres marajoaras que tinham que se deslocar de suas residências por motivos de trabalho para as periferias da cidade de Belém, no Estado do Pará, expressa as dinâmicas raciais desenvolvidas na região norte do Brasil. Demonstraremos que esta rede pode ser compreendida como uma expressão de Amefricanidade⁴ na Amazônia, atuando a partir da compreensão de “Território de negritude” defendido por Conrado, Campelo e Ribeiro (2015).

Os dados apresentados neste artigo resultam de uma reflexão inicial desenvolvida a partir da disciplina “Diálogos Feministas Latino-Americanos” ministrada pela Prof.^a Dr.^a Mônica Prates Conrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). As informações foram coletadas por meio de entrevistas realizadas com a coordenação da Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento integrada ao Observatório do Marajó nos meses de junho a dezembro de 2021 pelo aplicativo *WhatsApp*.

1. Racismo e a Pandemia da Covid-19

A problemática de pesquisa deste estudo consiste em observar de que maneira um grupo de mulheres negras constroem suas estratégias de resistência ao racismo estrutural em um

¹ Amarela foi a categoria citada pelo grupo.

² Existe, atualmente, uma incipiência de dados referentes às variantes raça/cor nas análises epidemiológicas da pandemia no Brasil. Isso corrobora para uma invisibilização do impacto do vírus Sars-cov-2 entre pretos, pardos e indígenas, constringendo a promoção de políticas públicas de equidade para esses grupos (SANTOS; MACIEL; SANTOS; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA; SILVA; PRADO, 2020).

³ Silvio de Almeida (2018) salienta que, para além dos comportamentos individuais, o racismo se constitui enquanto tal a partir das relações de grupos que, detendo majoritariamente um conjunto de privilégios sociais, expandem esses privilégios para instituições sociais.

⁴ Categoria apresentada por Lélia Gonzalez (1988) para tratar os processos de resistência na América perante o chamado Racismo por Denegação.

contexto de pandemia da Covid-19. Objetiva-se demonstrar empiricamente a ação da Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento, uma rede construída por e para mulheres marajoaras que residem no Arquipélago do Marajó⁵, mas que, por demandas de trabalho, precisam se deslocar para a cidade de Belém, capital do Estado do Pará. A Rede, coordenada por duas lideranças dos municípios de Breves e Ponta de Pedras, se constitui enquanto espaço de acolhimento a essas mulheres a partir da prestação de auxílio financeiro e psicológico em grupo da Plataforma do *WhatsApp* criado para o compartilhamento de vivências e informações acerca da Covid-19.

A justificativa para a criação do projeto residia no fato de que essas mulheres, por viverem em deslocamento e em situação de vulnerabilidade, estavam altamente expostas ao Coronavírus, já que sua maioria tinha trabalhos informais que não garantiam os devidos direitos trabalhistas. Além disso, essas mulheres viviam em sua maioria em moradias compartilhadas com outras pessoas e sem acesso a saneamento básico, ficando cada vez mais refém da ação do vírus. Vale ressaltar que, na época da criação da Rede, a cidade de Belém concentrava 70% dos óbitos por Covid no Pará (OBSERVATÓRIO DO MARAJÓ, 2020).

O contexto de pandemia do novo Coronavírus ocasionou um alargamento das desigualdades raciais e de gênero existentes no Brasil entre as populações negras, LGBTQI+, indígenas, quilombolas, ciganas e tantas outras majoritariamente excluídas da sociedade. Segundo dados apresentados por Jurema Werneck (2021), das 20.642 pessoas que morreram em unidades de atendimento pré-hospitalares, 20.205 foram em unidades da Administração Pública, sendo que, nesses espaços, 66,1% das internações ocorreram entre negros, amarelos e indígenas.

Werneck aponta também em seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia⁶ que 120 mil mortes poderiam ter sido evitadas no Brasil caso o governo Executivo tivesse tomado medidas preventivas desde o relato da primeira morte no país em março de 2020. Ao contrário disso, as autoridades foram altamente alheias às políticas de isolamento social, desfavorecendo as populações negras e de baixa renda do país, principalmente aqueles que, por motivos de trabalho, não poderiam ficar em casa.

Tomemos como exemplo o caso do Estado do Pará com o Decreto nº 777 de 23 de maio de 2020, que “Dispõe sobre as medidas de distanciamento controlado, visando a prevenção e o enfrentamento à pandemia da COVID-19, no âmbito do Estado do Pará”⁷ (*lockdown*): serviços domésticos foram considerados como “atividade essencial”, logo, não deveriam ser suspensos durante o isolamento social da pandemia.

A justificativa adotada pelo prefeito da cidade de Belém a época, Zenaldo Coutinho, era de que muitas pessoas, como médicos e médicas, por exemplo, necessitavam das empregadas domésticas para ficarem em suas casas quando os mesmos necessitassem se ausentar para

⁵O arquipélago é formado por duas micro-reiões: na porção oriental está a região do Arari, que comporta os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure; e na porção ocidental está a região do Furo de Breves, a qual compreende aos municípios de Bagre, Portel, Melgaço, Afuá, Anajás, Breves, Currelino, São Sebastião da Boa Vista e Gurupá. A paisagem natural do Marajó é caracterizada em dois aspectos, sendo eles a área dos campos e a área das florestas (PACHECO, 2018): a região do Furo de Breves é marcada pela cobertura florestal enquanto que na região do Arari predominam os campos.

⁶Comissão Parlamentar de investigação sobre os esquemas de corrupção realizados na pandemia pelo Governo Federal do Brasil.

⁷PARÁ. Decreto Nº 777 de 23 de Maio de 2020. Pará, Disponível em: <https://www.pge.pa.gov.br/content/legislacao/covid19>. Acesso em: 15 ago. 2021.

trabalhar⁸. Vale lembrar que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, serviços domésticos formais ou informais são em sua maioria realizados por mulheres negras de baixa renda.

Em frente a este cenário, a sociedade civil tomou de maneira independente a iniciativa de organizar uma série de estratégias para promover a sobrevivência dos grupos mais vulneráveis. Surgem então diversas redes de apoio pensadas com o intuito de oferecer auxílio psicológico e financeiro àqueles que não tinha condições de se manter em isolamento social adequadamente. Diversas instituições promoveram campanhas de arrecadação de alimentos, roupas e produtos de higiene básica para pessoas de baixa renda e pessoas em situação de rua.

2. Ativismos Negros na Amazônia no Contexto da Pandemia do Novo Coronavírus

Ao tratar dos processos de racismo estrutural desenvolvidos no Brasil, Gonzalez (1988) defende a necessidade de construção de um feminismo afro-latinoamericano que atenda as mulheres negras e ameríndias deste território, respeitando as particularidades históricas de cada região e as experiências construídas por essas mulheres em seus territórios⁹. Com intuito de enfatizar uma crítica às noções imperialistas que corroboravam a ideia de que o continente americano dizia respeito apenas, ou majoritariamente, aos Estados Unidos e seus interesses políticos, econômicos e culturais, a autora cunhou a categoria política chamada de Amefricanidade para representar os indivíduos que nascem da diáspora africana e constroem suas identidades no continente americano a partir desta ancestralidade. Cada país desta América “Ladina”¹⁰ compartilha entre si dinâmicas culturais de lutas políticas em prol de sua emancipação.

As resistências de cunho político, sociocultural e econômico daquele momento, ainda que se diferenciando de cidade para cidade, de Estado para Estado e de país para país na América, ultrapassavam fronteiras delimitadas em cada Estado-nação e dialogavam umas coisas outras. Além do debate posto acerca da categoria tratada por Lélia Gonzalez, percebemos ser válido salientar a noção de “Territórios de negritude” discutido por Conrado, Campelo e Ribeiro (2015) ao tratarem dos processos de mestiçagem e democracia racial da Amazônia. Constituída por forte ancestralidade indígena, a região amazônica foi concebida em termos de racialidade a partir da invisibilização da presença africana e afro-brasileira nas tradições da região, fomentando as ideias de “morenidade”, “pardo”, “mestiço” e “caboclo”¹¹.

As consequências dessas representações originadas pelas políticas de mestiçagem desencadearam processos de luta de reconhecimento em prol da valorização e história da cultura negra na região Amazônica por meio da criação de espaços de resistência. Neste sentido, os Territórios de negritude nada mais são que locais seguros de trocas e afetos culturais, religiosos e políticos da diáspora afro-brasileira. É onde a população negra pode ser afirmar enquanto tal sem a interferência direta do racismo presente na sociedade:

⁸ Pronunciamento feito na página oficial do *Twitter* do Prefeito no dia 6 de maio de 2020.

⁹ Os debates direcionados às questões de raça, racismo e ativismo negro no Brasil apresentam uma vasta contribuição de intelectuais e ativistas do Movimento Negro, tais como Beatriz Nascimento (1982), Nilma Lino Gomes (2005), Kabengele Munanga (2008), entre outros e outras.

¹⁰ Lélia Gonzalez utiliza o termo “ladino” enquanto crítica à percepção imperialista estadunidense sob este território.

¹¹ Zélia Amador de Deus (2020) reitera que tais categorias estão inseridas na ideia de “coisificação” apresentadas por Césaire (2020).

Contudo, os territórios negros são importantes por serem lugares em que se pode ser e ser construído como como homem negro ou mulher negra. Nesses espaços, não há a imposição da etiqueta das relações raciais brasileiras e de se identificar como moreno. Nesses espaços, são todos negros(as), se não negros(as) de todo na cor, negros (as) no ideal. Nesses espaços, cada grupo recria a sua África. A África de Aruanda (um lugar para voltar), do Ilê Aiyê (a terra da vida), do Quilombo da Praça, do movimento rastafári, do povo santo, do sambista, da capoeira, as muitas Áfricas do Brasil. (CONRADO; CAMPELO; RIBEIRO, p. 218)

Além de uma expressão de Amefricanidade, pode-se entender que as resistências construídas pela população negra do Brasil ao longo da pandemia são características daquilo que as autoras compreendem enquanto “Territórios negros”, espaços de reafirmação de identidades afrodiáspóricas.

Como dito anteriormente, a pandemia da Covid 19 ressignificou as relações sociais no Brasil. As pessoas se defrontaram com a necessidade de construir novas maneiras de se proteger fisicamente e psicologicamente contra a ação do vírus. Dentro deste quadro de estratégias de sobrevivência, surge a Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento, uma rede pensada por e para mulheres marajoaras que, devido os seus trabalhos, não podiam se manter em isolamento social. Percebemos, neste debate, a Amefricanidade enquanto um potencial epistemológico para pensar os objetivos de ação do grupo e seus desdobramentos na região amazônica do território brasileiro.

Todas as iniciativas da Rede de Apoio apresentadas neste artigo surgem por meio do Observatório do Marajó, uma organização sem fins lucrativos que atua em prol do fortalecimento de lideranças locais do Arquipélago do Marajó. O Observatório, idealizado por Luiz Carlos Pinho Guedes (ou Luti, como é mais conhecido), pesquisador de 28 anos, surgiu a partir de um projeto voluntário de apoio às estratégias comunitárias de desenvolvimento sustentável que completou 10 anos em 2019, um projeto realizado, inicialmente, no município de Portel e que, ao ganhar força, se expande para as demais regiões do Arquipélago, sendo elas o Furo de Breves e a região do Arari.

Após 10 anos de ações na região marajoara, a coordenação sentiu a necessidade de potencializar as estratégias do projeto dando um enfoque que atuasse não apenas a nível de comunidades, mas também abrangendo outros espaços do arquipélago de modo a qualificar políticas públicas de desenvolvimento local a partir dos conhecimentos produzidos nessas áreas: “fortalecer o espaço cívico do Marajó a partir do fortalecimento das lideranças comunitárias para que elas consigam de forma cada vez mais eficaz incidir sobre o ciclo de políticas públicas e os processos eleitorais da região” (LUIZ GUEDES, Transcrição de entrevista, 18 de junho de 2021).

A partir disso, surge uma série de projetos desenvolvidos no âmbito do Observatório, tais como “Caderno do Marajó – 40 dias de Marajó com Coronavírus”, “Gabinete popular de Crise do Marajó”, “Campanha de Comunicação Ribeirinha Égua do Corona”, dentre outras ações que objetivavam apoiar as organizações locais de combate à Covid. Além dessas ações, destaca-se aqui a chamada “Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento”, uma rede criada por e para mulheres marajoaras em situações de vulnerabilidade na pandemia (OBSERVATÓRIO DO MARAJÓ, 2020).

A iniciativa da Rede de Apoio Mulheres Marajoaras teve como princípio acolher mulheres marajoaras que precisavam se deslocar para a periferia da cidade de Belém por motivos de trabalho. A partir da criação de um Grupo de *WhatsApp* e com o oferecimento de um auxílio emergencial de R\$400,00, garantido pela própria organização, o Observatório atendeu mulheres negras (96%), pardas (3%) e indígenas (3%) que vieram das cidades de Anajás, Cachoeira do Arari, Melgaço, Muaná, Portel, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista em um dos momentos mais críticos da pandemia no Pará. Segundo dados do Relatório Sete Meses de Observatório do Marajó (OBSERVATÓRIO DO MARAJÓ, 2020), em termos de renda, 43% estavam sem renda fixa, 30% tinham renda de até R\$600,00 e 26% estavam com renda de até um salário mínimo.

E de que maneira eram desenvolvidas as atividades da Rede? As mulheres que foram selecionadas a receber o suporte foram inseridas em um grupo da plataforma *WhatsApp* coordenados por duas mulheres também marajoaras. Além do acolhimento por meio das mensagens, o grupo recebia semanalmente Boletins Informativos organizados pelo Observatório que tratavam das seguintes temáticas: Prevenção e cuidado contra a Covid-19; como usar e fazer máscaras; como lidar com o luto; recomendações de atendimento psicossocial gratuitos e como fortalecer o sistema imunológico.

Para um maior entendimento das dinâmicas de funcionamento do grupo, conversamos com quatro mulheres que atuaram na Rede. Das quatro, Catarina, coordenadora local, foi a que mais dedicou atenção às nossas indagações. Quando afirmamos “dedicar atenção” sugerimos que nossa relação com a interlocutora/sujeita de pesquisa, no decorrer do tempo, se desdobrou em longas conversas no *WhatsApp* que não necessitavam de uma formalidade específica para a constituição de nossas perguntas (a elaboração prévia de roteiros de entrevistas ou apresentação de questionários, por exemplo).

Nascida e criada em Breves em uma área interiorana do município, Catarina Souza¹², 25 anos, foi a primeira de sua família a ingressar no Ensino Superior. Com formação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará, Catarina viveu a academia a partir de inúmeros projetos de pesquisa e extensão na área da saúde (muitos deles desenvolvidos também com a comunidade que cresceu). Esta formação se estendeu também para sua Residência no Hospital Universitário João de Barros Barreto em Belém e para o Mestrado em Serviço Social, também na UFPA.

Os territórios acadêmicos ocupados por ela exteriorizam sua afeição pela área da saúde, afeição essa que parte de afetos construídos com sua rede familiar e que a influenciam acadêmica e politicamente a dedicar suas pesquisas a área das práticas integrativas de cuidado.

Ao nos explicar a maneira que realizou sua participação na Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento, Catarina sempre demarcou o quanto o projeto havia lhe encantado, especialmente por se tratarem de ações que envolviam o cuidado e a maneira como outras mulheres marajoaras compreendem o “ser saudável” ou “ter saúde” em tempos de pandemia. Todas essas dinâmicas de Catarina, ora pessoais, ora profissionais, se desenvolvem em um trânsito entre Belém e Marajó, um trânsito de espaços distintos que explana sua individualidade enquanto mulher marajoara e que se agregaram em sua participação da Rede.

Catarina pontuou, também, que uma de suas principais funções no grupo era estimular que aquelas mulheres interagissem umas com as outras e compreendessem que aquele espaço

¹² A identidade foi ocultada por escolha da interlocutora.

era um ambiente seguro para elas. Em sua perspectiva, o *feedback* de maior importância foi que muitas daquelas mulheres já se conheciam ou tinham familiares que habitavam nas comunidades vizinhas das outras mulheres. Isso fazia com que elas se reencontrassem naquele lugar e se sentissem acolhidas. Podemos perceber aqui a ideia de “Territórios de Negritude”.

Apesar deste território ser em ciberespaço, não há como desconsiderar que naquele lugar as mulheres poderiam compartilhar suas identidades e ancestralidades de maneira segura recriando suas vivências desenvolvidas no Arquipélago do Marajó. Lozano Lerma (2016) defende que um território/lugar extrapola fronteiras físicas e representa, além de tudo, as manifestações simbólicas daqueles que ocupam o espaço:

La política del lugar es una praxis; es el nombre que podemos dar a la praxis de apropiación, defensa, reconstrucción del lugar, que exige la construcción de un conocimiento práctico de la naturaleza para la sobrevivencia y de un relacionamiento con los otros seres humanos. (LOZANO LERMA, 2016, p. 82)

Repensar a maneira como um território se constituiu para além daquilo que o modelo capitalista ocidental propõe significa defender e reafirmar as epistemologias que ocupam este espaço de maneira distinta à lógica eurocêntrica da Colonialidade do Poder (QUIJANO, 2005). Outra ação desenvolvida no grupo era de combate às *fakenews*; L. informou que a coordenação estava sempre prestando atenção no caráter das informações disseminadas e, quando havia alguma *fakenews*, elas enviavam o link da notícia verdadeira para que todas pudessem compreender a veracidade dos fatos.

Os auxílios prestados pela Rede tiveram duração de seis meses, mas, mesmo após o término do projeto, o grupo de *WhatsApp* se manteve e as mulheres não perderam contato. Além dos laços de apoio construídos entre as participantes, as interações no grupo resultaram na produção de seis cartilhas¹³: a) “Cartilha Horta em Casa”, feita para trazer informações sobre plantação de alimentos e cuidados com materiais recicláveis; b) “Cartilha Violência Doméstica”, com informações sobre enfrentamento às violências em contexto de pandemia; c) “Cartilha Brincadeiras Diversão e Cuidado”; d) “Cartilha de Receitas”, com receitas de alimentos; e e) “Cartilha Mulheres que Inspiram”, trazendo a história de mulheres negras e indígenas do Pará e do Brasil que são protagonistas na luta pela consolidação de direitos democráticos.

Os ideais da Rede de Mulheres Marajoaras são marcados pela busca do fortalecimento de mulheres negras por meio de apoios psicológico e financeiro. A criação de laços de afeto e trocas de experiências fazem com que essas mulheres, negras e indígenas, se mantenham vivas em um momento que o próprio Estado não garante um amparo qualificado em termos de saúde pública. Gonzalez (1988) salienta que a Amefricanidade tem suas origens nas sociedades que se formam no Novo Mundo, nas revoltas escravistas, nas formas alternativas de organização social quilombola, nas resistências culturais. Pensando assim, a Rede se enquadra nos princípios debatidos pela autora em termos de resistência política e cultural. A autora afirma também que o Racismo por Denegação no Brasil inibe os sujeitos de se perceberem como negros, logo, quando uma pessoa reconhece e valoriza sua identidade afrodiáspórica, o que vemos é um forte processo de resistência perante às violências raciais no país.

¹³Disponíveis para download em PDF no blog da Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento (<https://www.observatoriodomarajo.org/mulheresmarajoarasemmovimento>)

Carvajala (2019), antropóloga indígena boliviana, defende que as discussões sobre a construção de um feminismo decolonial devem repousar na crítica ao feminismo liberal e eurocêntrico que tem suas bases fincadas apenas na categoria de gênero. Para esta autora, o feminismo, para atender a realidade de Abya Yala, ou seja, da América Latina, deve ser construído a partir desta realidade e das mulheres que vivem aqui. É importante considerar neste conjunto de reflexões as discussões sobre raça que demonstrem as desigualdades sociais entre mulheres negras e indígenas em relação às mulheres brancas no continente americano.

É com base na ideia de um feminismo para Abya Yala que a autora propõe o Feminismo Comunitário. Carvajala (2019) percebe o mundo como uma Comunidade de comunidades; algo construído sem hierarquias. O imaginário eurocêntrico e o próprio feminismo ocidental, corroboram que as mulheres de Abya Yala não são civilizadas e precisam de um intermediário para alcançarem sua emancipação. As mulheres de Abya Yala têm capacidade sim de contarem suas próprias histórias, em cada território, da forma que lhes convir. O feminismo comunitário entende que cada espaço é um espaço de construção autônomo. E é isso que privilegia, também, a amefricanidade e o trabalho da Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento, a potencialização das identidades e histórias negras a partir de suas próprias perspectivas.

Destaca-se mais uma vez o exemplo das cartilhas: todos os materiais foram produzidos com a participação das mulheres marajoaras, mas um, em especial sobre cuidados com a saúde, chamado de “Cartilha Saberes Marajoaras”, foi inteiramente produzido a partir do conhecimento das mulheres e de suas experiências compartilhadas no grupo do *WhatsApp*. A preparação de um chá, a escolha de uma planta medicinal específica, os resguardos necessários em casos de doenças. Saberes ensinados a elas por outras gerações, de suas mães, avós, tias e amigas, conhecimentos reafirmados em suas convivências em comunidades e que foram reconhecidos naquele espaço de troca.

A Amefricanidade reitera a importância dos processos e redes de resistência negra perante o racismo, entendendo que em cada região da América isso se articula de uma maneira diferente; o Feminismo Comunitário compreende a autonomia de cada território e cada história e a potência de cada uma dessas mulheres em construir suas estratégias. A Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento se apresenta, então, como uma expressão dessas duas categorias, valorizando a ancestralidade e autonomia das mulheres amazônidas no Arquipélago do Marajó.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 agravou os quadros de racismo institucional no campo da saúde Pública no Brasil. Um dos principais reflexos foram as milhares de mortes ocasionadas pelo vírus Sars-cov-2 entre mulheres negras da periferia desde março de 2020, aquelas que estão à margem do processo de garantia de direitos básicos para promoção de suas vidas e bem-viver. O racismo à brasileira mascara essa realidade fazendo com que a sociedade internalize que as relações sociais no país são pacíficas e não hierarquizadas.

Nascimento (1978), Gonzalez (1988), Carneiro (1995), entre outras intelectuais brasileiras, trazem em seus estudos discussões que visam desmistificar o imaginário reafirmado pela ideologia racial fundamentada pela lógica do branqueamento. No caso de Lélia Gonza-

lez, especificamente, observa-se um esforço em defender que os processos de resistência na América extrapolam fronteiras territoriais e ressignificam as lutas a partir de um processo de troca entre as regiões “ladino-amefricanas”, resultando naquilo que a autora compreende como Amefricanidade, uma categoria política de reconhecimento das identidades ameríndias e afrodiáspóricas na América.

A Amefricanidade se materializa nas lutas políticas, mas também simbólicas de resistência. Essas e outras tantas ações são maneiras de se identificar enquanto negro e negra e que geram impacto na luta contra discriminação racial no Brasil. É neste sentido que a ideia de “Território Negro” se mobiliza também enquanto Amefricanidade, ao criar territórios de resistência, simbólicos e cibernéticos que possibilitam a existência e resistência da comunidade negra.

A Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento demonstra esses reflexos no sentido de prestação de apoio financeiro e psicológico a mulheres pretas, pardas e indígenas do Marajó, potencializando seus conhecimentos, vivências e identidades perante as desigualdades raciais no Brasil. Por meio de tal Rede, mulheres de baixa renda puderam construir laços que as protegeriam durante a pandemia assim como demonstraram serem agentes de suas próprias histórias ao produzirem cartilhas e debates sobre saúde no grupo do *WhatsApp*.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- AMADOR DE DEUS, Zélia. O corpo negro como marca identitária na diáspora africana. In: AMADOR DE DEUS, Zélia. *Caminhos Trilhados na Luta Antirracista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. 111p.
- CARVAJAL, Julieta Paredes. Descolonizar as lutas: a proposta do feminismo comunitário. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu/Pr, v. 3, n. 2, p. 74-86, 10 ago. 2019.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020. 136 p.
- CONRADO, Mônica; CAMPELO, Marilu; RIBEIRO, Alan. Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense. *Afro-Ásia*, [S. l.], n. 52, 2015. DOI: 10.9771/aa.v0i52.21886. Disponível em: <[//periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21886](http://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21886)>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. História. Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Brasília: Ministério da Educação, 2005 - Coleção para todos.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.
- GONZALEZ, Lélia. Nanny. *Humanidades*, Brasília, v. 17, ano IV, p. 23-25, 1988.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

LOZANO LERMA, Betty Ruth. *Tejiendo con retazos de memorias insurgencias epistémicas de mujeres negras/ afrocolombianas. Aportes a un feminismo negro decolonial*. Tesis (Doctorado en Estudios Culturales Latinoamericanos) Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador. Área de Estudios Sociales y Globales. Quito, 2016.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: CEAA/UCAM, v. 6-7, p. 259-265, 1982.

OBSERVATÓRIO DO MARAJÓ. Sete meses de Observatório do Marajó. 2020. Relatório. Disponível em: [file:///C:/Users/Sony/Downloads/Relato%CC%81rio%20Observato%CC%81rio%20do%20Marajo%CC%81%20-%20Sete%20meses%20realizac%CC%A7o%CC%83es%20e%20perspectivas%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Sony/Downloads/Relato%CC%81rio%20Observato%CC%81rio%20do%20Marajo%CC%81%20-%20Sete%20meses%20realizac%CC%A7o%CC%83es%20e%20perspectivas%20(2).pdf). Acesso em: 25 jul. 2021.

PACHECO, Agenor Sarraf. Cartografia & Fotoetnografia Das Águas: Modos de Vida e de Luta na Amazônia Marajoara. *Revista Iluminuras*, v. 19, p. 63-98, 2018.

PARÁ. Decreto N° 777 de 23 de Maio de 2020. Pará, Disponível em: <https://www.pge.pa.gov.br/content/legislacoes/covid19>. Acesso em: 15 ago. 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos; MACIEL, Fernanda Beatriz Melo; SANTOS, Kênia Rocha; CONCEIÇÃO, Cídia Dayara Vieira Silva da; OLIVEIRA, Rian Silva de; SILVA, Natiane Ramos Ferreira da; PRADO, Nília Maria de Brito Lima. Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 4211-4224, out. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.25482020>.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, [S.L.], v. 25, n. 3, p., set. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-129020162610>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2021.

WERNECK, Jurema. *Mortes evitáveis por Covid-19 no Brasil*. Brasil: Grupo Alerta, 2021. 23 slides, color.